

COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E CULTURA – CEPEC

PLANEJAMENTO DE CURSO DE EXTENSÃO

NOME DO CURSO: JUSTIÇA CLIMÁTICA E GESTÃO AMBIENTAL DA AGRICULTURA		PERÍODO DE VIGÊNCIA: 28/09 a 12/12	ANO: 2024/2
PROFESSOR (A) RESPONSÁVEL: Nery dos Santos de Assis			
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL			
AULAS TEÓRICAS ONLINE	ATIVIDADES EXTRACLASSE E/OU PRÁTICAS	CARGA HORÁRIA TOTAL	ENCONTROS SEMANAIS
12h em aulas on-line	12h em elaboração de tópicos direcionados relacionados à temas analisados em classe	24h	01 pela manhã

EMENTA

Justiça Climática e Litigância Climática. Mudanças Climáticas e Aquecimento Global. Governança Climática: Ações Centralizadas e Multicêntricas. Preservação, Adaptação e Mitigação. Princípio da Precaução. Instrumentos regulatórios e políticas públicas relacionadas a justiça climática e a gestão ambiental da agricultura em especial os sistemas nacional, estadual e local de regulação do meio ambiente no Brasil.

JUSTIFICATIVA

O curso se justifica pela necessidade de desenvolvimento de estudos complexos relacionados as mudanças climáticas e a gestão ambiental da agricultura. Assim, o conhecimento da área suas interlocuções com diversas áreas do saber em especial as noções regulatórias e de políticas públicas relacionadas a justiça climática e a gestão ambiental da agricultura em especial os sistemas nacional, estadual e local de regulação.

Conteúdo Programático:

1. O que é Justiça Climática?

- 1.1. A justiça e o direito ambiental no Brasil
 - 1.1.1. O que diferencia a justiça climática da questão ambiental;
 - 1.1.2. Os padrões de Sustentabilidade e a necessidade de redução de emissões de GEE, a sustentabilidade é suficiente?
 - 1.1.3. A governança climática Global, Regional e local e seus atores;
 - 1.1.4. Geopolítica e energia e justiça climática;

2. GÊNESE DA POLÍTICA PÚBLICA DE MEIO AMBIENTE

- 2.1.1. História da politica ambiental no Brasil
- 2.1.2. Os códigos florestais e as propriedades rurais

- 2.1.3. A política nacional de Meio Ambiente;
- 2.1.4. Sistema nacional e sua estrutura
- 3. SISNAMA: Sistema Nacional do Meio Ambiente**
 - 3.1. Estrutura do Sisnama
 - 3.2. Regularização Ambiental
 - 3.3. APP, Reserva Legal e Licenciamentos
- 4. SISEMA: Lei Estadual 21.972/2016 – Dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA) de Minas Gerais**
 - 4.1. NOVA ESTRUTURA DO SISEMA: Sistema Estadual de Meio Ambiente Minas Gerais
 - 4.2. Modalidades do Licenciamento Lei Estadual 21.972, de 21 de janeiro de 2016
 - 4.3. SEMAD, FEAM, IEF, IGAM, CERH-MG, COPAM e SUPRAMs
- 5. Lei nº 20.922 de 18/10/2013 - Código Florestal de Minas Gerais - ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE**
- 6. RESERVA LEGAL**
 - 6.1. Da Delimitação Da Área De Reserva Legal
 - 6.2. Amazônia Legal
 - 6.3. Da Localização Da Área De Reserva Legal
 - 6.4. Da Relocação Da Área De Reserva Legal
 - 6.5. Da Exploração Da Área De Reserva Legal
 - 6.6. Da Exploração Da Área De Reserva Legal Para Consumo Próprio
 - 6.7. Da Regularização Da Área De RL
 - 6.8. Da Recomposição Da Área De RL
 - 6.9. Das Características Da Área Para Compensação Da RL
 - 6.10. Da Desobrigação De Cumprir A Averbação Do Percentual Da RL
- 7. Fechamento do curso:**
 - 7.1. Conclusões gerais e debate estudo de caso

OBJETIVO GERAL – EXPECTATIVA DA APRENDIZAGEM

O curso tem como objetivo apresentar os desdobramentos da justiça climática e das necessidades de adaptação e mitigação de efeitos das mudanças climáticas. Também apresenta o sistema nacional de proteção do Meio Ambiente e as principais políticas de regularização relativas as propriedades rurais.

CURSOS VINCULADOS

Direito, Agronomia, Engenharia Florestal e cursos afins

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

DATA E HORÁRIO	CONTEÚDO/TEMA	ATIVIDADE/AVALIAÇÃO
28/09 das 8h às 11h20min. on-line síncrono com disponibilização da gravação após a aula.	Tema 1 e 2	Tema de discussão 01 e 02
30/11 das 8h às 11h20min. on-line síncrono com disponibilização da gravação após a aula.	Temas 3, 4 e 5	Tema de discussão 03, 04 e 05
07/12 das 8h às 11h20min. on-line síncrono com disponibilização da gravação após a aula.	Temas 6 e 7	Tema de discussão 06 e 07

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei 6938 de 31.08.1981: Lei da Política Nacional do Meio Ambiente: Institui o SISNAMA.

BRASIL. Lei 7347 de 24.07.1985: Ação Civil Pública como instrumento processual de defesa do meio ambiente;

BRASIL. Lei Federal nº 12.727, de 17 de outubro de 2012 – Código Florestal.

MINAS GERAIS. Lei nº 20.922 de 18/10/2013 - Código Florestal de Minas Gerais.